

MARIA DAS RUAS À CIDADANIA: AUTOBIOGRAFIA DE UMA MULHER NEGRA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SUA TRAJETÓRIA

Maria Lúcia Pereira Bonfim¹
Cícero Santiago de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo aborda uma autobiografia de uma mulher negra e o papel da educação na sua trajetória, advém de uma educadora nascida no município de Canoinhas, Santa Catarina. Ao refletir que somos sujeitos diversos em nossas singularidades, mas com direitos igualitários de viver com dignidade busca-se por meio da metodologia de narrativa história de vida, problematizar o percurso da autora, o qual vai das ruas até a formação como educadora. De maneira a delimitar o tema o trabalho tem como Objetivo Geral: problematizar o papel da Educação Pública na trajetória de vida de uma educadora negra a partir da autobiografia; e como Objetivos Específicos: 1) analisar o papel da Educação Pública na construção da Cidadania das Mulheres Negras no Brasil, 2) identificar nuances das expressões de preconceitos nas instituições educacionais a partir de autobiografia de uma Educadora Negra a partir de sua autobiografia. Nesta perspectiva consideramos como pertinente o aprofundamento das teorias correspondentes às abordagens sobre formação, memória e narrativa autobiográfica. Serão apresentados os conceitos centrais que orientam a pesquisa. São eles: Autobiografia, Cidadania, Diversidade e Mulheres Negras no Brasil. Para o delineamento desses conceitos, foram realizadas revisões bibliográficas, considerando a literatura acadêmica atinente ao tema.

Palavras-chave: Cidadania. Autobiografia. Educadora Negra.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe apresentar uma análise da trajetória de vida de uma mulher negra no município de Canoinhas, no estado de Santa Catarina. Ao refletir que somos sujeitos diversos em nossas singularidades, mas com direitos igualitários de viver com dignidade, busca-se por meio da metodologia de narrativa histórica de vida problematizar o percurso da autora das ruas até a formação como professora.

Este trabalho é composto por narrativas de memórias pessoais da autora

¹ Maria Lúcia Pereira Bonfim. Diplomada em Magistério-Educação Infantil e Series Iniciais pela EEB Santa Cruz. Licenciada em Pedagogia pela UNC. Acadêmica de pós graduação Lato Sensu do curso de Educação E Diversidade – IFSC. E-mail: marialuciapereira.bonfim@gmail.com.br.

² Cícero Santiago de Oliveira. Professor-Orientador do IFSC. Licenciado em História e Mestre em Educação pela UFSM. E-mail: cicero.santiago@ifsc.edu.br.

e por trabalhos acadêmicos que se entrelaçam por terem no conteúdo reflexões da história de lutas de mulheres negras no Brasil e no mundo, para sobreviverem diante de uma sociedade que discrimina pelo simples motivo de nascer mulher e negra.

Diante deste contexto, o trabalho tem como objetivo geral, problematizar o papel da educação pública na trajetória de vida de uma educadora negra a partir de sua autobiografia e como objetivos específicos: analisar o papel da educação pública na construção da cidadania das mulheres negras no Brasil; identificar nuances das expressões de preconceito nas instituições educacionais a partir de autobiografia de uma educadora negra.

Assim, o artigo que segue está organizado da seguinte maneira: apresentação da fundamentação teórica, indicando as bases conceituais que nortearam o trabalho; na seção método, indicando os caminhos metodológicos trilhados para a resolução das questões da pesquisa; no item resultados e discussão, esboçam-se e problematizam-se os dados produzidos pela pesquisa; e, finalmente, apresentam-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados os conceitos centrais que orientam a pesquisa, que são eles: autobiografia, cidadania, diversidade e mulheres negras no Brasil.

Para o delineamento desses conceitos, foi realizada revisão bibliográfica, considerando a literatura acadêmica atinente ao tema.

2.1 AUTOBIOGRAFIAS

As autobiografias em educação surgem nos anos 80, inspiradas nos movimentos socioeducativos, críticos às instituições tradicionais e aos seus papéis de socializar e normalizar. É neste contexto que, “[...] a literatura pedagógica foi invadida por obras e estudos sobre a vida dos professores, as carreiras e os percursos profissionais, as biografias e autobiografias docentes ou o desenvolvimento pessoal dos professores” (NÓVOA, 1992).

Diversos pesquisadores e pesquisadoras passaram a realizar o

movimento de individualização das práticas e voltaram-se a si mesmo, buscando formas de auto realização e auto formação:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco. [...] Uma vida, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é a linguagem simples, que descreve a vida como caminho uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] (BOURDIEU 1996, p. 183).

É no início dos anos 80, que se encontram na tradição universitária, os memoriais autobiográficos (PASSEGGI, 2006; 2008). E, assim, também das narrativas de formação (SOUZA, 2006; 2008) um terreno fértil para sua expansão.

No Brasil, pesquisas educacionais sobre as escritas de si, tiveram um aumento na década de 90, nos processos de formação e profissionalização docente. Os estudos, a partir daí, voltaram-se para a reflexão sobre as experiências vividas pelos mesmos no processo de formação do magistério (PASSEGGI; SILVA, 2010).

Trabalhos baseados nas histórias de vida têm como método de pesquisa um viés qualitativo, procurando identificar nas narrativas dos docentes questões de interesse para pesquisas educacionais futuras.

São a partir dessas narrativas que surgem problematizações que permitem analisar a escolha profissional, as relações de gênero no exercício do magistério, a construção da identidade docente e as relações entre as ações educativas e as ações político educacionais.

É a partir do ano 2000 que surge um grande número de trabalhos que fortaleceram as pesquisas autobiográficas em nosso país na área da educação segundo os autores, Souza & Passeggi e Vicentini, “Estes são pioneiros do movimento em autobiografia, entre os quais destacam-se: Gaston Pineau, Pierre Dominicé, Matthias Finger, Marie-Christine Josso e, António Nóvoa” (SOUZA & PASSEGGI e VICENTINI, 2011).

De uma forma geral, pode-se dizer que estes pesquisadores preocuparam-se com o adulto em formação, buscando em seus estudos entenderem o que este tinha a dizer, suas experiências e o que podiam fazer com elas, daí o recurso às narrativas da experiência profissional ou existencial e

aos fatos pessoais vividos.

Diversos eventos acadêmicos foram realizados com a finalidade de promover e disseminar as produções científicas que utilizaram como fonte a autobiografia, figurando dentre eles os Congressos Internacionais sobre Pesquisa (Auto) Biográfica – CIPA. O Brasil vem se inspirando em várias correntes externas e internas, buscando acompanhar e compartilhar o estado das pesquisas nestes moldes (PASSEGGI, 2011).

Nessa perspectiva, consideramos como pertinente o aprofundamento das teorias correspondentes às abordagens sobre autobiografia, no sentido de que não se trata de encontrar nas escritas de si uma verdade, presente no ato de biografar, e sim, de estudar como os indivíduos dão forma às suas experiências. Corroborando:

[...] o estímulo à construção de narrativas autobiográficas que favoreçam a explicação das formas pelas quais se vivencia e se concebe a própria história de formação e suas múltiplas relações com as pessoas e os espaços que a conformaram pode constituir um recurso inestimável às reflexões acerca da natureza dos processos formadores e das intervenções que neles se fazem (CATANI, BUENO E SOUZA, 2000, p. 169).

A noção de grafia, segundo os autores Passeggi, Souza e Vicentini não se limita somente a escrita produzida em uma língua natural oral e escrita, mas aumenta a investigação reproduzindo em outras linguagens, pesquisas e de práticas de formação (PASSEGGI, SOUZA & VICENTINI, 2011).

São elas fotografias, vídeo biografias e, para muitas outras modalidades na *web*, *blogs*, *redes*, *sites* para armazenar e difundir práticas, formas de contar e registrar a vida e, até mesmo de viver uma vida virtual. Sendo assim, configuram-se como objeto de investigação nas ciências sociais e humanas.

As pesquisas autobiográficas e as escritas de si para o estudo das relações que se estabelecem entre a experiência e o processo de formação e atuação docente, nos conduzem aos conceitos de experiências formadoras e de recordações referências (JOSSO, 2004).

As recordações e referências são aquelas que constituem um marco na trajetória e servem de parâmetro para os relatos sobre a própria vida. Já as experiências formadoras são definidas, segundo a autora, como as que implicam, “[...] uma articulação conscientemente elaborada entre atividade,

sensibilidade, afetividade e ideação” (JOSSO, 2004).

A experiência constitui os conceitos centrais da pesquisa autobiográfica com o uso de narrativas. Estas abordagens sobre autobiografias trazem as noções de aprendizagem biográfica, memória biográfica como modo de conceber o sujeito biográfico.

2.2 CIDADANIA

Buscando definir o que é cidadania, nunca ouviu-se falar tanto em tal conceito como nos dias atuais, mas o cotidiano muitas vezes nos faz ignorar o seu real significado.

A definição de cidadania é extremamente complexa, vez que não se trata de um conceito inerte, mas histórico “[...] o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2003).

Ser cidadão na época do Brasil colônia durante o período da escravidão, ou dos regimes militares, em comparação com a situação de hoje é totalmente diferente.

Cidadania é fruto da luta pela universalização dos direitos e deveres que direcionam a dignidade humana histórica e socialmente construída. Diz respeito a um processo em constantes transformações ocorridas em diferentes contextos sociais.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKI, 2003, p. 09).

A sociedade brasileira tem indicações da existência de violações de direitos tendo como consequência a exclusão social, econômica, política e cultural que intensifica a pobreza, as desigualdades, as discriminações, o autoritarismo e as múltiplas formas de violência contra a pessoa humana. A este respeito, Covre nos indica que “[...] só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos

do cidadão” (COVRE, 1991).

Nesse processo de transformação, a educação vem sendo reconhecida como um alicerce mediador fundamental, para o acesso aos legados históricos dos Direitos Humanos, e para dar saltos significativos para uma mudança individual e social, na direção da construção da Cidadania.

Sabemos que lutas travadas até hoje, ainda não permitiram os avanços necessários a uma vida digna à todos os cidadãos de nosso país. Ao mesmo tempo, reconhecemos que entre os principais avanços da Constituição de 1988, estão:

Eleição direta para os cargos de presidente da república, governador do estado e do Distrito Federal, prefeito, deputado federal, estadual e distrital, senador e vereador; Redução do mandato presidencial de cinco anos para quatro anos; Garantia de maior autonomia para os municípios; Liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação, filmes, peças de teatro e músicas, etc.; Criação do SUS – Sistema Único de Saúde no país; Marco nos direitos dos índios com demarcação de terras indígenas e proteção do meio ambiente; Garantias de direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, abono de férias, jornada semanal de 44 horas, direito à greve e a liberdade sindical; Igualdade de gênero e fomento ao trabalho feminino, com reconhecimento de seus direitos individuais e social (EDUCA MAIS BRASIL – CONSTITUIÇÃO, 1988).

Ao compreender a cidadania de crianças e adolescentes como seres humanos, implica reconhecê-los como cidadãos. Assim, podem colaborar para que ações se desenvolvam de modo consciente, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com efeito, as Constituições Federais passadas, bem como as legislações menoristas, como o Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, – Código Mello Mattos, e a LEI n. 6.697, de 10 de outubro de 1979 – Código de Menores, pouco garantiram a cidadania das crianças e dos adolescentes.

Essas leis visam a assistência e a proteção de menores, não na sua totalidade, mas sim de uma determinada categoria, ou seja, menores abandonados, delinquentes, ou em situação irregular e assim atendiam apenas parte da população infanto-juvenil.

A totalidade das crianças e dos adolescentes não era objeto da lei, havendo uma discriminação legal quanto à população infanto-juvenil. Somente com a edição da atual Constituição Federal – 1988 e do Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA) – LEI n. 8.069 de 13/07/1990, é que passaram a reconhecer a cidadania da população infanto-juvenil de maneira generalizada.

Tais direitos fundamentais estão consagrados no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à EDUCAÇÃO, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL – CONSTITUIÇÃO, 1988).

Ao refletir sobre cidadania como direitos adquiridos através de lutas sociais, que se encontra a Constituição, que assegura a vida com o mínimo da dignidade humana à todos os cidadãos nascidos no Brasil.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se afirmar que o conceito de cidadania evoluiu extremamente, desde a concepção dada pelas primeiras Leis. Apesar disso, sabe-se que socialmente isso ainda não é uma realidade a todos os cidadãos em especial os periféricos do nosso Brasil e, de forma particular, as meninas e mulheres negras.

2.3 DIVERSIDADE E A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

A história do movimento feminista no Brasil está ligada diretamente às produções teóricas feministas a partir da década de 70. Com a participação da mesma neste momento da história incitou e colocou a mulher no foco público, político e cultural da sociedade (Dossiê Mulheres Negras, 1995).

É preciso assimilar que o nosso Brasil tem uma pluralidade cultural e que a sua sociedade é composta pela diversidade, pois segundo as autoras Maia e Scheibel, para se viver democraticamente é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a sociedade brasileira é formada, sendo por várias etnias, como imigrantes de diferentes países (MAIA E SCHEIBEL, 2009).

Segundo o IBGE de 2019 a pobreza atinge sobre tudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, somando 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Segundo a pesquisa do PNAD 2019, de que no Brasil os homens brancos ganham 114% a mais do que as mulheres negras, com o mesmo nível de formação acadêmica. Deixando as mulheres negras na base da pirâmide social, com salários menores do que homens negros, mulheres brancas e homens brancos.

Segundo Santos, “assim, da mesma maneira que a pobreza no nosso país tem cor, a violência de gênero também é construída por meio dos marcadores raciais, atingindo as mulheres negras e brancas de modo desproporcional” (SANTOS, 2016).

As lutas de mulheres negras para o direito a educação se destaca, na leitura de Davis, ao expor que “[...] elas devem ter percebido como as mulheres negras precisavam urgentemente adquirir conhecimento uma lanterna para os passos de seu povo e uma luz no caminho para a liberdade” (DAVIS, 2018).

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o ano de 1975 como o ano internacional da mulher. Neste ano ocorreu a realização da I Conferência Mundial da Mulher, sob o lema Igualdade Desenvolvimento e Paz. Esta declaração oficial foi um marco que propiciou o cenário para o reconhecimento das lutas feministas no âmbito internacional.

Segundo Sarti (2004), iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava movimento de mulheres, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento, cujo foco era a oposição ao regime militar. Sendo somente na década de 80 que se viram inquietações que teve como foco central a violência contra mulheres, se debateu sobre estupro, aborto, planejamento familiar, e outros diversos tipos de violência contra as mulheres.

[...] a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher” (DAVIS, 2018, p. 92).

Dessa maneira, essa categoria precisava ser repensada, para incluir pessoas africanas, indígenas e outras, de origem não europeia, grupos, comunidades, e não apenas indivíduos. Neste contexto, Davis apontou que durante a conferência em Nairóbi no Quênia, surgiu o lema, “os direitos das

mulheres são direitos humanos” (DAVIS, 2018).

Mesmo a partir das inúmeras lutas dos movimentos feministas negros na América e no Brasil, para a emancipação social das mulheres negras, pesquisa recente do IPEA aponta que 92% das pessoas que trabalham com serviços domésticos no Brasil são mulheres, na sua grande maioria são negras. Pode fazer uma ponte desses dados com o passado recente de escravização no Brasil. A falta de políticas públicas pós "abolição" têm consequências muito claras nas desigualdades de classe em intersecção com gênero e raça no Brasil.

Quando se faz uma pesquisa sobre mulheres negras e suas lutas, a autora do presente artigo se vê em lutas constantes. Ao qual sua história de vida dialoga com muitas histórias de mulheres negras que tem seus direitos violados, pelo simples fato de “ser” mulher e negra em um país que tem em sua origem a pluralidade cultural.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresentam-se os métodos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, que são eles: revisão de literatura, pesquisa qualitativa, documental e autobiografia em educação.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

É imprescindível articular uma pesquisa de revisão de literatura não sendo apenas uma repetição do que já foi escrito a respeito do mesmo assunto, pois o mesmo tema acaba sendo observado de outros pontos de vista, gerando novas discussões e conclusões.

A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2001, p. 37).

Para a revisão de literatura no presente trabalho utilizou-se autores chaves, entre eles: Bourdieu (1986); Passeggi (2011); Souza (2011); Delory Momberger, (2008); Vicentini (2011); Josso (2004); e Davis (2018). Autores

esses que foram de suma importância na construção de conhecimento para o desenvolvimento do mesmo.

3.2 PESQUISA QUALITATIVA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que é definida como a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, é básica no processo do trabalho. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Tornando ambiente natural a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Considerando que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números “[...] é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (SILVA; MENEZES, 2001).

A abordagem utilizada, assim, foi qualitativa, pois se pretende fazer a análise do papel da educação pública na trajetória de vida de uma educadora negra a partir da sua autobiografia.

3.3 AUTOBIOGRAFIAS EM EDUCAÇÃO

O “Movimento Autobiográfico Internacional” se consolidou a partir do ano 2000 no Brasil e tem avançado no sentido de conceber a especificidade epistemológica das narrativas de si, como prática de outra forma de produzir conhecimento em educação (PASSEGGI, 2016).

A pesquisa estudo de caso em autobiografia, quando se faz o uso de autobiografia como método de análise não trata-se:

[...] atribuir sentido, buscar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p. 79).

A autobiografia serve aqui parcialmente como método, pois traz um recorte bastante específico da relação do sujeito em sua experiência na formação acadêmica.

3.4 PESQUISA DOCUMENTAL

Trata-se de pesquisa documental que tem como característica o levantamento e análise de documentos oficiais ou não, que ainda não receberam um tratamento desta natureza.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais.

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

A escrita da história de vida é constituída como documento de relatos e memórias desde o nascimento até os dias atuais. O mesmo traz reflexões de aspectos familiares e escolares em uma sociedade que se define “de cor branca”.

4 ANÁLISE DO DOCUMENTO AUTOBIOGRÁFICO

O documento para análise no presente trabalho foi um relato reflexivo de história de vida da própria autora que se encontra em anexo, elaborado entre os meses de maio e junho do ano de 2020 em um ano atípico, em função da pandemia do Coronavírus – COVID-19.

4.1 A INFÂNCIA E O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO

O conhecimento da teoria das narrativas possibilita percebermos as vivências como formativas. Buscando entender como que Canoinhas/SC na década de 70 observava as mulheres negras, pois já ouvira-se por várias vezes que neste município não existem pessoas negras. Essas afirmativas que durante toda a vida da autora se faz presente.

A história de qualquer povo acontece em determinados momentos que se

tornam fios condutores na forma de interação da população com seu entorno.

No dia 22 de junho de 1978 nasce uma menina à domicílio no Bairro Campo da Água Verde no município de Canoinhas/SC. Esta vem completar a família composta por três irmãos e a mãe negra. Mais tarde foi diagnosticada com deficiência intelectual leve, que na época a população pobre não tinha quase nada de acesso aos sistemas psicossociais. Esta mãe teve quatro filhos biológicos irmão apenas por parte de mãe, já que cada filho tinha um pai diferente, estes que somente se envolviam com a mesma por saber da sua condição e se aproveitavam da situação de vulnerabilidade e a abandonavam mesmo grávida. Destes quatro filhos, eram dois meninos e duas meninas. Uma das meninas foi dada à adoção para a sua madrinha ainda bem pequena e um dos meninos faleceu ainda na primeira infância por atropelamento de carro, quando o mesmo acompanhava a sua mãe que esmolava no centro da cidade. Família esta que já vivia em extrema pobreza agora com o acontecido, a situação se agrava, agora restavam somente dois filhos (ANEXO I, p. 24).

O que se sabe do pai da menina caçula é que este era casado e já tinha cinco filhos, quando se envolveu com a mãe da menina. Quando soube da gravidez prometeu matar o bebê quando nascesse, jogando o mesmo em um poço que havia próximo do barraco que a mãe morava se, caso ela o procurasse para pedir ajuda na criação da mesma. Aqui a autora faz reflexões como a vulnerabilidade de uma mulher é muito grande nos dias atuais, imagina-se então no final da década de 70.

Com tantas dificuldades num fatídico dia de inverno em que fazia muito frio e a mãe próxima ao fogão a lenha penteava o cabelo da filha que tinha na época quatro anos de idade. As duas estavam de costas para o fogão, este, portanto, não possuía porta e com grande parte da madeira que queimava para fora, não perceberam que a mãe estava com fogo queimando suas roupas, segundo testemunhas ela possuía o hábito de usar várias peças de roupas uma por sobre a outra e no momento estava vestindo pelo menos dez peças. Quando a mãe sentiu o fogo em seu corpo saiu desabalada em correria para fora da casa gritando sendo acudida pelos vizinhos que apagaram o fogo de seu corpo. Com isso a mãe sofreu queimaduras graves em uma das pernas, foi levada ao hospital ficando vários meses em tratamento. A menina acabou sendo levada para o asilo/orfanato que localizava-se no Distrito de Marcílio Dias, o filho que já tinha seus oito anos correu para o mato nos fundos da casa ao qual eles moravam e ficou escondido para não ser levado junto com sua irmã e permaneceu abrigado na casa dos vizinhos durante o tratamento de sua mãe (ANEXO I, p. 24).

O início da escolarização acontece em outro bairro do mesmo município devido à mudança que a família teve com as situações de catástrofes naturais ocorridas na época como cita a autora:

Já no ano de 1983 houve na região uma enchente de proporções catastróficas e deixou a família desabrigada. Na edição do dia 4 de junho de 1983, o jornal Correio do Norte destacava que havia chovido quase sem interrupção por 30 dias em Canoinhas e região. A esperança era de que não chovesse mais. Só assim as 500 famílias que já estavam desabrigadas poderiam retornar à situação normal, principalmente por que o nível do rio baixava em uma proporção considerada razoável. Depois do ocorrido a família ganhou por meio de doação da prefeitura uma casa no bairro Piedade, na rua Sangue II, como era chamado na época, hoje denominado bairro Aparecida e a respectiva rua denominada rua Frohlinde [...]. A partir daí todas as manhãs a mãe pegava seus dois filhos, quando o menino aceitava acompanhá-las, pegava um saco e os levava até o centro de Canoinhas para esmolar retornando somente ao anoitecer. Nessa época também ocorreu a inauguração de uma creche infantil no bairro sendo denominada “Creche Casulo Bambi”, hoje conhecido como Centro Educação Infantil Fernando Pessoa, à poucos metros da casa da família. Então a mãe matriculou a menina nesse centro educacional passando a frequentar a creche e o menino foi matriculado na escola próxima (ANEXO I, p. 26).

Foi com muito entusiasmo que ela frequentou a creche por se tratar de um lugar onde a mesma tinha as refeições principais, neste momento o poder público, de forma precária chegou até ela. Mas todas as outras dimensões foram ignoradas. Isso diz algo sobre como a cidade de Canoinhas/SC tratava os pretos e periféricos.

No Brasil, para as feministas, a luta pela creche significava, no final da década de 1970, uma das bandeiras para a emancipação. As mulheres, lutando pelo atendimento de necessidades básicas em seus bairros, incluíam a creche na agenda de reivindicações dos movimentos que protagonizaram, entendendo-a como um desdobramento de seu direito ao trabalho e à participação política. (CRECHE E FEMINISMO, 2015, p. 09).

Com a mudança que ocorre da transição da educação infantil para educação básica, vem agora conduzido pelo desafio que a aluna só pode frequentar a escola por meio período.

A menina viveu em seu olhar dois maravilhosos anos enquanto frequentava a creche, mas a partir daí ela precisa ir para escola onde a professora explica para a menina que na escola ela só poderia permanecer meio período e que teria que escolher qual horário se adaptava as necessidades dela, se no período da manhã ou da tarde. Esta conversa a professora deveria ter com a mãe da menina, mas a compreensão da criança era melhor que a da própria mãe. A professora então sugere que ela escolha o mesmo horário que o seu irmão frequentava a escola para que os mesmos fossem juntos para escola e “ele” cuidaria dela no restante do dia. Assim o fez, mas o que a ela não podia imaginar era que o irmão, aos 14 anos, desistiria da escola para trabalhar numa plantação de batatas (ANEXO I, p. 27).

Nesta parte analisa-se, a exploração do trabalho infantil que já chega até ela como alternativa de sobrevivência humana. O irmão não teve seus direitos assegurados. A totalidade das crianças e dos adolescentes não era objeto da lei, havendo uma nítida discriminação legal quanto à população infanto-juvenil. Somente com a edição da atual Constituição Federal – 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069 de 13/07/1990, é que passaram a reconhecer a cidadania da população infanto-juvenil de maneira generalizada (BRASIL, 1988). Momento de total descaso por parte do poder público na vida de uma criança:

Fazia um dia de sol, o irmão já tinha saído para trabalhar quando a menina acorda com a mãe arrumando as coisas delas em uns sacos dizendo que iria embora para morar em Barra Mansa, localidade do interior de Canoinhas, dizendo que tinha encontrado um namorado e que iria morar com o mesmo. A menina em choro abraçou as pernas da mãe e pediu para ela não ir. A mãe só perguntou se a menina queria ir junto e como a resposta da mesma foi “não”, a mãe então disse que ela ficasse com seu irmão e que levaria só os cachorros. E foi embora, deixando a menina, que na época tinha nove anos e o filho que tinha 16 (ANEXO I, p. 28).

As leis referidas, indicam aqueles que são os responsáveis pelo preparo ao exercício da cidadania (o estado, a família, em colaboração com a sociedade CF., art. 205). Neste momento o único amparo que a menina teve foi da sociedade que dá a assistência básica mínima à mesma.

A partir daí, durante o dia, a menina ficava na casa dos vizinhos, pedia para fazer algum tipo de trabalho em troca de um prato de comida. Eles ficaram sozinhos na casa por três ou quatro dias. Nesse tempo, a menina machucou um dos dedos da mão e sentia muita dor causando uma infecção grave, chovia muito e a noite o irmão não conseguia acalmar a mesma. Foi quando a vizinha que morava na casa ao lado foi ver o que estava acontecendo e levou a menina para a casa dela, deu um banho, medicou o seu dedo e após uma semana melhorou o seu dedo, a vizinha perguntou se a menina gostaria de ficar morando com eles e a menina aceitou, sendo que essa vizinha fez a mesma proposta para o irmão que já tinha seus 16 anos e o mesmo não aceitou, pois, era um adolescente que já fazia uso de álcool. Quando foi questionado pela menina o motivo que ele não aceitou o convite para ir morar com a vizinha o mesmo respondeu que ele não iria trabalhar em troca de comida (ANEXO I, p. 28).

A menina ficou morando na casa ao lado, onde já havia uma família composta pelo casal e seus três filhos, sendo que também havia na residência uma idosa sendo a mãe da vizinha.

Aqui surge um personagem que será o anjo da guarda da menina, é o padrinho de batismo dela, sendo um advogado residente no município, ele faz uma promessa à mãe da menina que todo o início do ano ele daria o material e o uniforme com um par de calçados para ela ir à escola e assim ele o faz. [...] Nesse momento a menina vai tendo a experiência de como era viver em uma família completa com pai, mãe e irmãos e uma vovó, que por sinal era muito carinhosa com a mesma, sentiu como era viver em uma casa com uma cama para dormir e com roupas limpas tendo alimentação todos os dias (ANEXO I, p. 28).

Agora a menina tem as duas irmãs não biológicas para irem juntas para escola, a menina já não ficava sozinha na hora do recreio sofrendo violência física e emocional. As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais, que tratam sobre das violências constantes no ambiente educacional contra crianças e adolescentes negras, e do silenciamento da escola, por seu racismo estrutural. As coisas começaram a ser discutidas depois da Lei 10.639/2003.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (Brasília - DF, Outubro, 2004, p. 7).

4.2 JUVENTUDE: TRABALHO E EDUCAÇÃO

Agora os desafios foram tomando outras proporções, os conflitos da convivência da mãe biológica que morava ao lado, as condições de maus tratos que a mesma sofria, devido à condição de ser mulher negra analfabeta e com uma deficiência que nunca foi diagnosticada pelo poder público.

A menina cresce, ela com 14 anos vendo a sua mãe sempre sendo agredida pelos amásios bêbados. A menina precisa agora cuidar da sua mãe e de seu irmão biológico, na casa da vizinha, onde mora precisa cuidar da avó adotiva, do irmão não biológico que era pequeno e que tem uma deficiência intelectual. Ela sempre era a primeira que acordava e sendo a última que ia dormir, pois as duas irmãs trabalhavam fora. Agora a menina vira “Maria” (ANEXO I, p. 30).

Como que a experiência de trabalho impactou na escolarização? Nos anos 90 o desafio era conciliar os estudos e o trabalho doméstico. “Muitas vezes

o tema de casa era feito no caminho da escola”. Isto teve um grande impacto na sua vida escolar.

Com todas essas cobranças Maria ia para escola, sempre que podia, tinha muitas dificuldades para acompanhar o resto da turma, sempre estava cansada. Ela sempre foi rotulada por desleixada e preguiçosa. A única série que Maria não ficou em recuperação no ensino fundamental foi na 8ª série. Uma situação que ocorreu na 8ª série que marcou para ela, a professora de matemática explicou uma determinada conta, já em seguida ela fez uma prova, tirem uma folha do caderno que este exercício a nota vai para o diário, eram 10 contas. Todos terminaram, ela fez a correção no quadro, depois ela pediu que todos ficassem em silêncio para ela fazer a correção e para passar as notas para o diário que ela gostaria de entregar naquela aula ainda para que soubessem a nota. Quando ela entregou a prova para Maria, ela disse: Parabéns! 10! Porém, quando Maria vai conferir as contas ela observa que uma de suas contas fora corrigida erroneamente e a professora tinha dado como certa, foi mostrar para a professora que não tinha acertado todas e que não era 10 a sua nota, mais a professora olhou para Maria e disse que por sua honestidade ficaria com 10 (ANEXO I, p. 30).

Apesar de o tempo escolar ter sido muito mais excludente que acolhedor, Maria foi à busca de concluir o ensino médio. Nesta etapa ela só consegue frequentar a escola no período noturno.

Quando Maria retorna aos estudos em 1996 sente falta dos dois anos sem estudo, sentia muita dificuldade, aquela autonomia que ela tinha quando estudou a 8ª série havia ficado lá atrás. Mais desistir não estava nos planos de Maria ela se desdobrava para limpar a casa, fazer comida lavar as roupas, cuidar de todos e de tudo e ainda estudar a noite, Maria só tinha 17 anos. Em 1998, Maria consegue concluir o ensino médio e recebe o então sonhado diploma. Sua irmã ia cursar o magistério na Escola Estadual Básica Santa Cruz (ANEXO I, p. 31).

Mas as expectativas de futuro para Maria não eram promissoras, ela não poderia fazer o mesmo curso que a irmã, não teria quem olhasse a vovó com seus 83 anos de idade e do irmão deficiente que neste momento já frequentava a APAE.

4.3 VIDA ADULTA E A ESCOLHA PROFISSIONAL

Como a vida adulta, Maria encontra um rapaz e que, com seu total apoio, ela começa a sua grande e sonhada mudança de vida.

Um mês antes da formatura Maria conhece um rapaz, com o qual começa o namoro e a partir daí a vida de Maria mudaria completamente, pois ele era um rapaz que fazia planos futuros para os dois. Maria se sentia insegura, tinha medo de sem querer se envolver com um irmão, no ponto de vista logístico não seria impossível, ela não conheceu o seu pai, muito menos seus irmãos por parte do pai e a única informação que tinha é que seu pai morava no Campo da Água Verde e seu nome era João. Por coincidência o namorado, era do Campo da Água Verde, mas o pai dele não se chamava João (ANEXO I, p. 31).

Maria começa o namoro com um rapaz e a mãe adotiva não o aceita em hipótese alguma. Ele mobiliou a casa para eles morarem nos fundos da casa de seus pais. Aqui se observa que o apoio familiar do rapaz foi um salto muito importante na vida do jovem casal.

Quando faltava uma semana para a data do casamento, Maria dá a notícia para a mãe adotiva. A primeira pergunta que fazem à Maria é se ela está grávida. Maria responde que não. O sonhado casamento acontece e nasce uma nova família.

Então no dia 20 de dezembro de 1999, realiza-se o tão sonhado casamento de Maria, não houve festa, somente uma janta com os familiares do noivo que a receberam com todo o carinho. Em alguns dias Maria consegue um trabalho como empregada doméstica e permanece neste emprego num período de dois anos, então sai do mesmo depois de engravidar do primeiro filho. Nestes dois anos, Maria e o marido já haviam conseguido guardar dinheiro para comprar um terreno e o fazem. Com o nascimento do filho, Maria tem dificuldade para conseguir um emprego novo (ANEXO I, p. 32).

Quando as mudanças acontecem na vida, ela ressalta como foi importante às relações interpessoais que sempre teve em seu ambiente de trabalho, sempre fazendo o uso de seu lugar de escuta. O capital social, são as relações interpessoais construídas pelos indivíduos e que geralmente, tendem a ser baseadas em benefícios (BOURDIEU, 1996). Aqui ela vivencia o capital social:

Após um ano e dois meses do nascimento do filho, Maria consegue emprego de servente em uma escola particular. Foi aí que tudo muda na vida dela. Convivendo diariamente em um universo transformador de conhecimento a fez crescer como pessoa e financeiramente, agora Maria e esposo já tinham construído a casa tão sonhada. E lá se foram nove anos de vivência neste emprego, que a fez refletir muito sobre como uma educação de qualidade com respeito com o poder de mudança transformadora (ANEXO I, p. 32).

Para Bourdieu, a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. Neste momento Maria tem um despertar para uma de resposta a uma indagação feita por seu filho:

Então certo dia o seu filho lhe questiona, mãe teu sonho era ser servente? Está pergunta foi como uma luz que se acende na escuridão para Maria. Ela o responde que Não! Que apesar de ter um emprego digno, que fez com que eles conquistassem tudo que eles tinham, ela quando criança sempre sonhou em ser professora. Naquela noite Maria mesmo estando cansada, não conseguia dormir pensando em como que ela iria exigir que seu filho estudasse e buscasse seus sonhos se ela mesma não buscou os dela (ANEXO I, p. 32).

Com esse despertar, Maria vai à busca de realizar seus sonhos e retorna a estudar, depois de 14 anos do término do ensino médio, por estar inserida em um convívio social que a favoreceu para a escolha de ser professora, e por acreditar em uma educação transformadora. Agora ela tem o apoio do esposo para estudar:

Foi através do seu esposo que Maria descobriu que estavam abertas as matrículas para o curso do magistério na Escola Estadual Santa Cruz, para a turma de 2012, com o total apoio de seu esposo Maria vai e faz a matrícula. Durante o primeiro ano do curso foi complicado para conciliar o trabalho de servente o dia inteiro com as aulas à noite. Maria sabia que uma hora teria que optar entre os dois, pois para quem já fez magistério sabe que os estágios dobram de quantidade no último ano do curso, foi ai que ela sentia-se culpada por sobrecarregar as suas colegas de trabalho com sua ausência devida os estágios. Então ela foi demitida de seu emprego em 2012 e consegue terminar o ano do curso (ANEXO I, p. 33).

Ao terminar o curso do Magistério ela não quer parar os estudos, é ai que ela vai e se inscreve na única universidade que havia o curso de graduação em pedagogia presencial em Canoinhas, mas esta era privada. Mesmo assim ela foi e fez o pagamento da inscrição para fazer o vestibular da instituição.

No final do mesmo ano Maria já se inscreve para fazer o vestibular da universidade da região UNC, para o curso de Pedagogia sendo aprovada. Em 2014 inicia o curso de Pedagogia em regime presencial e, após ter feito a matrícula tem conhecimento que poderia ter feito o ENEM, no ano anterior e teria direito a ter acesso ao curso por cota. Outra chance perdida foi um plano de desconto de 50% que o governo federal estava sendo ofertada para quem ainda, não houvesse feito a matrícula no curso de Pedagogia, a bolsa era o "Educa Mais" havia disponível 8 bolsas, então Maria entra em contato com as amigas que haviam se formado no Magistério (ANEXO I, p. 33).

Aqui Maria sente a presença do poder público e do estado na construção da sua cidadania quando ela estava na terceira fase, quando é contemplada, com bolsas do Artigo 170 ao qual a todo semestre a mesma havia descontos em sua mensalidade que variavam de 50, 70 e até 100%, somente assim ela consegue concluir a Graduação em Pedagogia.

4.4 DISCUSSÕES APÓS ANÁLISE

Analisando a história de vida, hoje adulta, e com formação superior ressalta-se a importância de nos dias atuais haverem várias políticas sociais, órgãos públicos e organizações não governamentais envolvidos em preservar a vida e os direitos dos cidadãos menos assistidos.

Mas a educação e a ajuda de terceiros fez com que alguns dos envolvidos buscassem a melhoria da qualidade de vida e acautelassem a sobrevivência em um mundo que somente os empurrava para a “cidadania precária”.

As situações aqui descritas nos fazem observar a discriminação com outro olhar, a falta de possibilidades e oportunidades descrevem a vivência e sobrevivência em um mundo sem assistência, sem diagnósticos de doenças, sem amparo aos menos favorecidos principalmente no que tange a descrição de mulher, paupérrima e negra.

Nos dias atuais existem vários órgãos que buscam garantir os direitos básicos a todo e qualquer indivíduo, porém, o que se percebe é que a Constituição Federal, ECA, Conselhos Tutelares e Assistência Social tendem a vir à garantir esses direitos atentando ao amparo à todo e qualquer indivíduo perante a sociedade, porém, seu êxito não alcança a todos que necessitam.

Todos os dias testemunha-se a existência de feminicídio, abandono de incapazes, miséria nos lares, pessoas morando nas ruas, esmolando e, contudo os órgãos garantidores desses direitos alcançam vários, mas não na sua totalidade.

Percebe-se também que a capacidade de modificar as suas situações estão muitas vezes na condição de submeter-se a ser assistido por muitas vezes da caridade e compaixão de quem o cerca. Pois, dois indivíduos tendo as mesmas oportunidades nem sempre tem o mesmo destino, dependendo do que tiverem em suas mentes podem cair em derrocada ou se superarem e buscarem

o melhor para si demonstrando que o passado vivido não define o que o cidadão deve ser e, portanto, a narrativa de si passa a ser uma lembrança, uma recordação de uma história triste e que se tornou inspiração para muitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que pelo tempo em que ocorreram os fatos, a discriminação por classes sociais, raça e gênero promoviam o abandono quase que por completo, fazendo com que crianças e adultos passassem por situações desumanas e que estes sobreviveram ao acaso e também a sua força de vontade e dos indivíduos que os cercavam.

Entender o processo em que se constituiu o docente, induz a reafirmar as escolhas pessoais e profissionais na busca por uma prática libertadora e de transformação que transcenda o contexto escolar (FREIRE, 2007).

Durante o tempo de formação superior, ressignificar vivências e construir novos saberes tendo como base a própria história de vida. O artigo traz sugestões de novas pesquisas que busquem responder como que se explica a invisibilidade dos sujeitos negros nascidos no município de Canoinhas/SC.

Conclui-se que o desejo de ser educadora comprometida com a prática libertadora e que a vida, é um espaço de saberes em constantes transformações.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARRARA, Sérgio. **Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade**. In: Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. V. 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia P. **Docência, memória e Gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília, 2013. 480 p. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/component/k2/item/6-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-basica-diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 20 set. 2020.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **La Condition Biographique**: essais sur le récit de soi dans la modernité avancée. Paris: Téraèdre, 2009.

_____. **BIOGRAFIA E EDUCAÇÃO**. Figuras de l'indivíduo-projeto. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes Neto, Luis Passeggi, São Paulo: Paulus; Natal, RN: EDUFRRN, 2008.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de Professores, Educação Infantil e Diversidade Étnico-Racial**: saberes e fazeres neste processo. Natal, 2011.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Instituto Piaget: Lisboa: 1996.
FILHO, J.; DALBERIO, P. E. M. **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP – FHDSS, 2006.

_____. **As desigualdades multiplicadas**. Revista Brasileira de Educação. Agosto, n. 17. p. 13-35, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: cidades e estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/canoinhas.html>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Porto Alegre/RS, ed. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec 1993.

MINAYO, M. C. de S; SOUZA, E. R. **Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar de Ação Coletiva**. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513- 531, fev. 1998.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e formação docente**. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu C. e VICENTINI, Paula Perin. **Entre a Vida e a Formação**: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educ. rev.* [online]. 2011, vol.27, n.1, pp.369-386. ISSN 0102-4698. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100017>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

_____. **NARRATIVAS DA INFÂNCIA:** a criança como agente social. Projeto de pesquisa: Proc. N. 311269/2013, CNPq –Pq, 2014-2017. Roteiro, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2016.

PERES, Lúcia Maria Vaz; MANCINI, Flávia Griep; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. **Experiências de Vida e Formação de Marie-Christine Josso.** Resenha. São Paulo: Cortez, 2004. 285 p. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/01/resenhaval-1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2020.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. **Dossiê Mulheres Negras.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel. 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. **O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970:** revisitando uma trajetória. In Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004.

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOUZA, E. C.; PASSEGI, M. C. **(AUTO) Biografia e Educação:** Pesquisa e Práticas de Formação. Educ. rev. vol.27 no.1 Belo Horizonte abr. 2011.

STANLEY, L. **The Auto/Biographical I:** the theory and practice of feminist auto/biography. Manchester: Manchester University Press, 1992.

WANDELEY, M. B. **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão.** In Sawaia, B. B. (org) As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANEXO I

UM NOVO OLHAR SOBRE A PRÓPRIA HISTÓRIA

No dia 22 de junho de 1978 nasce uma menina à domicílio no Bairro Campo da Água Verde no município de Canoinhas/SC. Esta vem completar a família composta por três irmãos e a mãe negra. Mais tarde foi diagnosticada com deficiência intelectual leve, que na época a população pobre não tinha quase nada de acesso aos sistemas psicossociais.

Essa mãe teve quatro filhos biológicos irmão apenas por parte de mãe, já que cada filho tinha um pai diferente, estes que somente se envolviam com a mesma por saber da sua condição e se aproveitavam da situação de vulnerabilidade e a abandonavam mesmo grávida.

Destes quatro filhos, eram dois meninos e duas meninas. Uma das meninas foi dada à adoção para a sua madrinha ainda bem pequena e um dos meninos faleceu ainda na primeira infância por atropelamento de carro, quando o mesmo acompanhava a sua mãe que esmolava no centro da cidade. Família esta que já vivia em extrema pobreza agora com o acontecido, a situação se agrava, agora restavam somente dois filhos.

O que se sabe do pai da menina caçula é que este era casado e já tinha cinco filhos, quando se envolveu com a mãe da menina. Quando soube da gravidez prometeu matar o bebê quando nascesse, jogando o mesmo em um poço que havia próximo do barraco que a mãe morava, caso ela o procurasse para pedir ajuda na criação da mesma.

Com tantas dificuldades num fatídico dia de inverno em que fazia muito frio e a mãe próxima ao fogão a lenha penteava o cabelo da filha que tinha na época quatro anos de idade. As duas estavam de costas para o fogão, este, portanto, não possuía porta e com grande parte da madeira que queimava para fora, não perceberam que a mãe estava com fogo queimando suas roupas, segundo testemunhas ela possuía o hábito de usar várias peças de roupas uma por sobre a outra e no momento estava vestindo pelo menos dez peças.

Quando a mãe sentiu o fogo em seu corpo saiu desabalada em correria para fora da casa gritando sendo acudida pelos vizinhos que apagaram o fogo de seu corpo. Com isso a mãe sofreu queimaduras graves em uma das pernas, foi levada ao hospital ficando vários meses em tratamento.

A menina acabou sendo levada para o asilo/orfanato que localizava-se no Distrito de Marcílio Dias, o filho que já tinha seus oito anos correu para o mato nos fundos da casa ao qual eles moravam e ficou escondido para não ser levado junto com sua irmã e permaneceu abrigado na casa dos vizinhos durante o tratamento de sua mãe.

Quando finalizou o tratamento das queimaduras da mãe, a mesma foi até o asilo buscar a filha, porém, os responsáveis pela instituição não queriam devolver a criança para a mãe, pois permanecendo ali a menina teria condições de tentar a adoção, sendo assim, seria adotada por alguma família com melhores condições financeiras e sociais.

Os mesmos não obtiveram sucesso nessa abordagem, pois, a mãe não foi persuadida e acabou levando a criança. A exclusão social dos indivíduos é uma das manifestações mais violentas de nossa sociedade, uma vez que produza carência de qualquer horizonte de perspectivas e uma privação de poder de ação e representação (WANDERLEY, 1999).

Sabe-se que na época em que ocorrera o fato, órgãos como Conselho Tutelar e Assistência Social ainda não acompanhavam as famílias em risco, isso se traduz no que tange esse trabalho, pois, o abandono de famílias pobres, com mães negras, em estado de miserabilidade não era atendido promovendo a discriminação.

Ainda residindo no bairro Campo da Água Verde em companhia da mãe, a criança sofre diversas situações constrangedoras sendo uma delas as trocas frequentes dos parceiros que a mãe fazia. Relatos dizem que os mesmos tinham perfis de homens alcoólatras e violentos.

Relata-se que em certa noite um destes chegou alterado e embriagado, gritando e jogando para fora os poucos objetos que eles possuíam em casa e em seguida começou a espancar a mulher, nessa hora as duas crianças assustadas fugiram e se esconderam debaixo do assoalho do casebre e para se protegerem do frio os mesmos estavam enrolados em apenas um cobertor.

Os dois permaneceram abraçados para se aquecerem e com medo ouviam e viam através das frestas do assoalho sua mãe sendo espancada. Quando o homem dormiu a mãe foi buscar as crianças para dormir quando o dia já amanhecia, ela então expulsou o amásio porém, em poucos dias outro viria para substituí-lo.

A MUDANÇA QUE LEVA A SOBREVIVER COM OS DESAFIOS

Já no ano de 1983 houve na região uma enchente de proporções catastróficas e deixou a família desabrigada. Na edição do dia 4 de junho de 1983, o jornal Correio do Norte destacava que havia chovido quase sem interrupção por 30 dias em Canoinhas e região. A esperança era de que não chovesse mais. Só assim as 500 famílias que já estavam desabrigadas poderiam retornar à situação normal, principalmente por que o nível do rio baixava em uma proporção considerada razoável.

Depois do ocorrido a família ganhou por meio de doação da prefeitura uma casa no bairro Piedade, na rua Sangue II, como era chamado na época, hoje denominado bairro Aparecida e a respectiva rua denominada rua Frohlinde.

A casa construída de madeira, possuía água e luz instalados porém, não possuía forro, também tinha um fogão à lenha construído em alvenaria, não possuía banheiro tendo uma patente nos fundos do terreno.

Após isso da família ficou em melhores condições de moradia, mas ainda tinha um porém, agora eles residiam à uma distância considerável do centro da cidade, local este em que os mesmos esmolavam para poder sobreviver.

A partir daí todas as manhãs a mãe pegava seus dois filhos, quando o menino aceitava acompanhá-las, pegava um saco e os levava até o centro de Canoinhas para esmolar retornando somente ao anoitecer.

Nessa época também ocorreu a inauguração de uma creche infantil no bairro sendo denominada “Creche Casulo Bambi”, hoje conhecido como Centro Educação Infantil Fernando Pessoa, à poucos metros da casa da família. Então a mãe matriculou a menina nesse centro educacional passando a frequentar a creche e o menino foi matriculado na escola próxima.

Neste momento a mãe ia sozinha esmolar para conseguir algum sustento para os seus filhos sendo que muitas dessas vezes deixava um dos seus parceiros a embebedar-se na casa acontecendo das crianças só conseguir adentrar a casa quando a mãe retornava.

Muitas das vezes que frequentava a creche, a professora precisava dar banho na mesma e vesti-la com roupas limpas porque a falta de asseio da mãe era bastante grande. Muitas crianças tomavam banho na creche, pois lá havia chuveiro elétrico, coisa que poucas casas da rua possuíam.

A creche pode ser considerada um marco na vida da menina que começa a mudar ao passo de ela já conseguir garantir as principais refeições do dia. Outra questão era que a mesma só podia retornar pra casa quando a professora a levava até o portão, pois a sua mãe nunca estava em casa e não ia buscar a mesma na creche.

Muitas das vezes a menina ficava “sentadinha” no meio fio da calçada em frente à casa esperando a sua mãe retornar e na sua inocência de criança quando a menina via sua mãe vindo com o saco nas costas, ela saía correndo ao seu encontro dava aquele abraço com muita saudade. Já ia perguntando: “O que você trouxe de bom para nós comer?”

A menina viveu em seu olhar dois maravilhosos anos enquanto frequentava a creche, mas a partir daí ela precisa ir para escola onde a professora explica para a menina que na escola ela só poderia permanecer meio período e que teria que escolher qual horário se adaptava as necessidades dela, se no período da manhã ou da tarde. Esta conversa a professora deveria ter com a mãe da menina, mas a compreensão da criança era melhor que a da própria mãe.

A professora então sugere que ela escolha o mesmo horário que o seu irmão frequentava a escola para que os mesmos fossem juntos para escola e “ele” cuidaria dela no restante do dia. Assim o fez, mas o que a ela não podia imaginar era que o irmão, aos 14 anos, desistiria da escola para trabalhar numa plantação de batatas.

Com todas estas informações a menina foi falar com seu irmão para poderem ir até a escola fazer a matrícula. Foram até a escola e fizeram a matrícula da menina na Escola Básica Gertrudes Muller, falou com diretor e este já tinha conhecimento da deficiência leve da mãe, principalmente a dificuldade de comunicação com mesma.

A menina foi matriculada na 1ª série B, foi um momento bem triste para a menina, grande parte das amigas que estudavam juntas na creche, ficaram na sala da 1ª série A. A 1ª série B era conhecida como a turma fraca, era composta por alunos repetentes e alunos fracos (como dificuldade de aprendizagem).

Mas como que poderiam eles saber se a menina era fraca ou não? Ou que não teria capacidade de acompanhar a turma da 1ª série A? Pela simples observação que o sistema educacional já era excludente, o socioeconômico da

família, a cor de pele e a deficiência da mãe, tudo foi levado em consideração neste momento.

A menina muitas vezes ia para escola somente para comer o lanche, pois a refeição principal era feita na escola. Ela tinha dificuldades de socialização com os demais colegas, devido à ausência de higiene, sempre usava uma touca da cor azul para ir a escola, pois tinha o cabelo crespo e com piolho.

Quando chegava a hora do recreio este gorro era tirado de sua cabeça, lhe causando muito constrangimento. Quando retornava a sala sempre estava chorando, a professora dizia a menina: “Você precisa pedir para sua mãe limpar o seu cabelo, isto é culpa sua”. Porém, levando em consideração as manifestações da violência estrutural e os seus efeitos na vida dos sujeitos, a possibilidade de escolha ou até mesmo da existência de alternativas para o enfrentamento de tal situação é cruelmente restrita.

Muitas vezes as serventes da escola ficavam com pena da menina e lhe davam um pote da sopa que sobrara do lanche para levar para casa. Este era o “Bolsa Família” que a geração da menina tinha na época.

Aqui surge um personagem que será o anjo da guarda da menina, é o padrinho de batismo dela, sendo um advogado residente no município, ele faz uma promessa à mãe da menina que todo o início do ano ele daria o material e o uniforme com um par de calçados para ela ir à escola e assim ele o faz.

Fazia um dia de sol, o irmão já tinha saído para trabalhar quando a menina acorda com a mãe arrumando as coisas delas em uns sacos dizendo que iria embora para morar em Barra Mansa, localidade do interior de Canoinhas, dizendo que tinha encontrado um namorado e que iria morar com o mesmo. A menina em choro abraçou as pernas da mãe e pediu para ela não ir. A mãe só perguntou se a menina queria ir junto e como a resposta da mesma foi “não”, a mãe então disse que ela ficasse com seu irmão e que levaria só os cachorros. E foi embora, deixando a menina, que na época tinha nove anos e o filho que tinha 16.

A partir daí, durante o dia, a menina ficava na casa dos vizinhos, pedia para fazer algum tipo de trabalho em troca de um prato de comida. Eles ficaram sozinhos na casa por três ou quatro dias. Nesse tempo, a menina machucou um dos dedos da mão e sentia muita dor causando uma infecção grave, chovia muito e a noite o irmão não conseguia acalmar a mesma.

Foi quando a vizinha que morava na casa ao lado foi ver o que estava acontecendo e levou a menina para a casa dela, deu um banho, medicou o seu dedo e após uma semana melhorou o seu dedo, a vizinha perguntou se a menina gostaria de ficar morando com eles e a menina aceitou, sendo que essa vizinha fez a mesma proposta para o irmão que já tinha seus 16 anos e o mesmo não aceitou, pois, era um adolescente que já fazia uso de álcool. Quando foi questionado pela menina o motivo que ele não aceitou o convite para ir morar com a vizinha o mesmo respondeu que ele não iria trabalhar em troca de comida.

A menina ficou morando na casa ao lado, onde já havia uma família composta pelo casal e seus três filhos, sendo que também havia na residência uma idosa acamada sendo a mãe da vizinha. Nesse momento a menina vai tendo a experiência de como era viver em uma família completa com pai, mãe e irmãos e uma vovó, que por sinal era muito carinhosa com a mesma, sentiu como era viver em uma casa com uma cama para dormir e com roupas limpas tendo alimentação todos os dias. Agora a menina tem as duas irmãs não biológicas para irem juntas para escola, a menina já não ficava sozinha na hora do recreio sofrendo violência física e emocional.

Passado um ano a mãe da menina retorna do interior e queria exigir que a menina voltasse a morar com ela na casa. Já havia se passado um ano e a criança não tinha coragem de voltar a viver aquela vida de muita miséria e de insegurança, pois qual era a garantia que ela teria que ao voltar a morar com a mãe esta não iria abandoná-la novamente?

No dia seguinte a menina e a vizinha recorrem ao padrinho sem saber o que fazer. O mesmo diz que a mãe biológica não tem o direito de exigir nada. A vizinha diz ao padrinho da menina que iria criar ela como se fosse filha dela. Então com este discurso a menina continua a viver com a vizinha.

A vida da menina melhora de certo modo, mas com o tempo o discurso muda, as dificuldades financeiras também, pois a renda principal da casa vinha do pai que era funcionário da prefeitura onde trabalhava como gari no caminhão de coleta do lixo, e da mãe, que também era funcionária da prefeitura, trabalhava de servente na “Creche Casulo Bambi” e tinha a aposentadoria da vovó que somava junto para poder sustentar a todos.

Apesar de não morar junto com sua mãe biológica e seu irmão, ela se preocupava com os dois. Muitas vezes ela era acordada na madrugada com os

gritos de sua mãe brigando com seu irmão que, já era um homem feito e dependente de álcool. A menina aos seus 10 anos ia até a casa vizinha tentando acalmar a mãe que ficava muito alterada ao ver o filho bêbado.

Certa vez a menina chama a atenção do irmão, perguntando o que ele estava fazendo da sua vida. Ao que ele responde que estava fazendo o que ele queria de sua vida, e pedindo para ela não se meter na vida dele, porque se, amanhã ou depois ela virasse prostituta ele não se meteria na vida dela e ela poderia fazer o que quisesse. Estas palavras ficaram marcadas na memória daquela menina.

A menina cresce, ela com 14 anos vendo a sua mãe sempre sendo agredida pelos amásios bêbados. A menina precisa agora cuidar da sua mãe e de seu irmão biológico, na casa da vizinha, onde mora precisa cuidar da avó adotiva, do irmão não biológico que era pequeno e que tem uma deficiência intelectual. Ela sempre era a primeira que acordava e sendo a última que ia dormir, pois as duas irmãs trabalhavam fora. Agora a menina vira “Maria”.

Com todas essas cobranças Maria ia para escola, sempre que podia, tinha muitas dificuldades para acompanhar o resto da turma, sempre estava cansada. Ela sempre foi rotulada por desleixada e preguiçosa. A única série que Maria não ficou em recuperação no ensino fundamental foi na 8ª série.

Uma situação que ocorreu na 8ª série que marcou para ela, a professora de matemática explicou uma determinada conta, já em seguida ela fez uma prova, tirem uma folha do caderno que este exercício a nota vai para o diário, eram 10 contas. Todos terminaram, ela fez a correção no quadro, depois ela pediu que todos ficassem em silêncio para ela fazer a correção e para passar as notas para o diário que ela gostaria de entregar naquela aula ainda para que soubessem a nota. Quando ela entregou a prova para Maria, ela disse: Parabéns! 10!

Porém, quando Maria vai conferir as contas ela observa que uma de suas contas fora corrigida erroneamente e a professora tinha dado como certa, foi mostrar para a professora que não tinha acertado todas e que não era 10 a sua nota, mais a professora olhou para Maria e disse que por sua honestidade ficaria com 10.

Em 1993 Maria se forma no Ensino Fundamental, sem muita empolgação por parte da família, mas Maria estava muito feliz por ter conseguido concluir

esta etapa, participa da missa de colação de grau e recebe o certificado das mãos da cozinheira, sabe aquela cozinheira que arrumava o resto de sopa que sobrava em um pote para Maria levar para comer em casa. Foi muito importante a fala dela para Maria na hora da entrega do certificado “Se você conseguir continue estudando!”.

Pois a irmã que tinha a mesma idade de Maria havia reprovado na 7ª série, isto fez com que Maria não pudesse iniciar o Ensino Médio. Ela precisou esperar a irmã terminar o ensino fundamental isto levou dois anos até que elas pudessem estudar no período noturno na Escola Estadual Básica Irmã Maria Felicitas no centro da cidade.

Quando Maria retorna aos estudos em 1996 sente falta dos dois anos sem estudo, sentia muita dificuldade, aquela autonomia que ela tinha quando estudou a 8ª série havia ficado lá atrás. Mais desistir não estava nos planos de Maria ela se desdobrava para limpar a casa, fazer comida lavar as roupas, cuidar de todos e de tudo e ainda estudar a noite, Maria só tinha 17 anos. Em 1998, Maria consegue concluir o ensino médio e recebe o então sonhado diploma. Sua irmã ia cursar o magistério na Escola Estadual Básica Santa Cruz.

Mas as expectativas de futuro para Maria não eram promissoras não poderia fazer o mesmo curso que a irmã, não teria quem cuidasse da vovó com seus 83 anos de idade e do irmão deficiente que neste momento já frequentava a APAE. Um mês antes da formatura Maria conhece um rapaz, com o qual começa o namoro e a partir daí a vida de Maria mudaria completamente, pois ele era um rapaz que fazia planos futuros para os dois.

Maria se sentia insegura, tinha medo de sem querer se envolver com um irmão, no ponto de vista logístico não seria impossível, ela não conheceu o seu pai, muito menos seus irmãos por parte do pai e a única informação que tinha é que seu pai morava no Campo da Água Verde e seu nome era João. Por coincidência o namorado, era do Campo da Água Verde, mas o pai dele não se chamava João. Maria começa o namoro com um rapaz e a mãe adotiva não aceita o em hipótese alguma.

Os vizinhos falavam para Maria fugir com o namorado, eles tinham uma visão que a Maria não queria enxergar e diziam “Ela nunca vai aceitar que você namore, pois ela não vai querer perder a “empregada, é o que você é para ela”. Maria se defendia da seguinte forma: - “Eu não vou fugir eu não estou fazendo

nada errado e não cometi crime nenhum para ter uma atitude dessas”!

Então depois de namorar quase dois anos, resolvem, se casar, ela entrega os seus documentos para ele dar entrada na documentação no cartório e aceita sair de casa somente casada, nem que somente no civil e sem festa, o namorado aceita suas condições, era visível que, até ele já não aguentava mais ver ela naquela situação. Ele mobilhou a casa para eles morarem nos fundos da casa de seus pais. Quando faltava uma semana para a data do casamento Maria dá a notícia para a mãe adotiva. Primeira pergunta que fazem a Maria se ela está grávida. Maria responde “Não”!

O CASAMENTO E O SONHO DE FORMAR UMA FAMÍLIA

Então no dia 20 de dezembro de 1999, realiza-se o tão sonhado casamento de Maria, não houve festa, somente uma janta com os familiares do noivo que a receberam com todo o carinho. Em alguns dias Maria consegue um trabalho como empregada doméstica e permanece neste emprego num período de dois anos, então sai do mesmo depois de engravidar do primeiro filho. Nestes dois anos, Maria e o marido já haviam conseguido guardar dinheiro para comprar um terreno e o fazem. Com o nascimento do filho, Maria tem dificuldade para conseguir um emprego novo.

Após um ano e dois meses do nascimento do filho, Maria consegue emprego de servente em uma escola particular. Foi aí que tudo muda na vida dela. Convivendo diariamente em um universo transformador de conhecimento a fez crescer como pessoa e financeiramente, agora Maria e esposo já tinham construído a casa tão sonhada. E lá se foram nove anos de vivência neste emprego, que a fez refletir muito sobre como uma educação de qualidade com respeito com o poder de mudança transformadora.

Então certo dia o seu filho lhe questiona, mãe teu sonho era ser servente? Está pergunta foi como uma luz que se acende na escuridão para Maria. Ela o responde que Não! Que apesar de ter um emprego digno, que fez com que eles conquistassem tudo que eles tinham, ela quando criança sempre sonhou em ser professora. Naquela noite Maria mesmo estando cansada, não conseguia dormir pensando em como que ela iria exigir que seu filho estudasse e buscasse seus sonhos se ela mesma não buscou os dela.

Foi através do seu esposo que Maria descobriu que estavam abertas as matrículas para o curso do magistério na Escola Estadual Santa Cruz, para a turma de 2012, com o total apoio de seu esposo Maria vai e faz a matrícula.

Durante o primeiro ano do curso foi complicado para conciliar o trabalho de servente o dia inteiro com as aulas à noite. Maria sabia que uma hora teria que optar entre os dois, pois para quem já fez magistério sabe que os estágios dobram de quantidade no último ano do curso, foi ai que ela sentia-se culpada por sobrecarregar as suas colegas de trabalho com sua ausência devida os estágios. Então ela foi demitida de seu emprego em 2012 e consegue terminar o ano do curso.

Mas em 2013, Maria leva seu currículo, para tentar uma vaga de estágio de educação infantil na mesma escola, ela consegue um contrato agora de estagiária com uma carga horária de 20 horas. Ao poder trabalhar em uma escola e estudar só enriqueceu o conhecimento da mesma, assim ela consegue concluir o sonhado curso de Magistério.

No final do mesmo ano Maria já se escreve para fazer o vestibular da universidade da região UNC, para o curso de Pedagogia sendo aprovada. Em 2014 inicia o curso de Pedagogia em regime presencial e, após ter feito a matrícula tem conhecimento que poderia ter feito o ENEM, no ano anterior e teria direito a ter acesso ao curso por cota. Outra chance perdida foi um plano de desconto de 50% que o governo federal estava sendo ofertada para quem ainda, não houvesse feito a matrícula no curso de Pedagogia, a bolsa era o “Educa Mais” havia disponível 8 bolsas, então Maria entra em contato com as amigas que haviam se formado no Magistério.

Hoje permaneço casada, com dois filhos um tem 19 anos e outro tem 5 anos, tenho a formação em Magistério, graduada em Pedagogia e acadêmica no Curso de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC Campus de Canoinhas.